

## **Raça e Conhecimento: Caminhos da Reflexão sobre a Diversidade**

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

### ***Raça, Ciência e Sociedade,***

organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos.

Rio de Janeiro, Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

O livro *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, usa uma abordagem diacrônica e multidisciplinar para estudar o cenário racial contemporâneo. Sua origem foi um bem-sucedido seminário, realizado em maio de 1995 no Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro). A maior parte dos textos integrou o seminário. Apenas quatro textos foram posteriormente incorporados para “suprir lacunas” percebidas pelos organizadores. A idéia de raça fornece o eixo central em torno do qual se articulam os quinze artigos distribuídos em quatro seções: raça, ciência e nação na virada do século; deslocamentos no conceito de raça nas décadas de 1930 e 1940; a produção das ciências sociais nas décadas de 1940 a 1960; e as perspectivas contemporâneas acerca da questão racial.

Os artigos apresentam uma ampla gama de enfoques sobre o vasto universo de questões sugerido pelo trinômio raça, ciência e sociedade que figura no título da coletânea. Compõem uma polifonia muito bem organizada de vozes, pois o seu conjunto acompanha com felicidade uma proposição central, que eu expressaria da seguinte maneira: a ciência (e aqui temos o Brasil dos séculos XIX e XX dialogando com o pensamento científico) propõe a idéia de raça (em que consiste essa idéia? quais conceitos a substituem com o passar do tempo?) para pensar diferenças existentes entre os homens. Ora, todo conhecimento é parte de uma cultura, e assim também o pensamento científico, malgrado sua aspiração à universalidade. De tal modo que pensar os instrumentos conceituais por ele

propostos significa também refletir sobre a sociedade que os utiliza. Esse é o tom comum da reflexão que embasa os diferentes artigos.

Em sua motivação central, a coletânea integra, portanto, o debate contemporâneo sobre a tradição do pensamento social brasileiro: pois, através da múltipla abordagem da “questão racial”, trata-se também de pensar o seu imbricamento com a construção simbólica da nacionalidade e com a própria trajetória das ciências sociais no país. Há, desse modo, uma “questão da nacionalidade” implícita na discussão articulada em torno da idéia de raça. A ela se associa o interesse muito genuíno por alguns autores importantes na conformação da reflexão sociológica e antropológica no Brasil, sempre lidos e relidos a partir da ótica atual. Para além do expressivo conjunto de artigos reunidos, esse enquadramento do tema é em si mesmo uma valiosa contribuição para sua compreensão. Nessa perspectiva, a coletânea realiza plenamente sua ambição: não exaurir, mas esclarecer, mapear e matizar o vasto horizonte de questões propostas.

Como todos os textos dialogam entre si, há muitos caminhos de leitura possíveis, que atravessam a ordenação seqüencial das seções propostas pelos organizadores. Sugiro que a leitura comece com o tão esclarecedor quanto interessante artigo de Ricardo Ventura dos Santos - "Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX" - que vai direto ao ponto central: analisar a trajetória do conceito de raça na antropologia física ou biológica. Na antropologia social e cultural, o conceito de *raça* foi substituído pelo de *cultura* - sobre esse ponto, por sinal, versa todo o artigo de Lourdes Martínez-Echazábal, "O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual?". Na antropologia biológica, foi a noção de *população* que veio substituí-la. Se *raça* trazia consigo uma ênfase tipológica e descritiva, *população* vem enfatizar a variabilidade e o dinamismo, no contexto do evolucionismo neodarwinista, que traz em sua ótica explicativa justamente as noções de mudança e instabilidade.

Apesar de enfatizar justamente o oposto - a fixidez, o essencialismo e a estabilidade - a idéia de raça não foi simplesmente abandonada. Foi antes reformulada, de modo a adequar-se ao novo paradigma, que só se estabelece realmente na biologia moderna na década de 1940. Acompanhando o deslocamento da perspectiva científica da superfície exterior e visível do corpo humano ao interior e microscópico, passando da cor da pele às

moléculas, novos parâmetros biológicos revitalizaram a noção de raça. Raça, nos diz o autor, é nada mais, nada menos, do que “uma população em isolamento reprodutivo”, um tipo-ideal jamais encontrável na realidade. É um conceito probabilístico, válido apenas à luz da genética, aplicável a um conjunto de indivíduos, e nunca a indivíduos tomados isoladamente.

Entretanto, no senso comum, o exterior e o visível continuam a exercer particular fascínio, transformando-se em critérios para organizar e classificar diferenças humanas. O interessante artigo de Maggie, "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira", aborda um sistema de classificação social brasileiro expresso com enorme vigor na linguagem cotidiana da ampla maioria da população. Nele, a cor em múltiplas gradações é um critério classificador de pessoas. Negro, negrinho, escuro, escurinho, preto, alvo, alvacento, mulato, pardo, claro, amorenado, branquelo são apenas alguns dos termos resultantes. O sistema se esmera em valorar e distinguir nuances. As pessoas comuns, nos diz sensivelmente a autora, evitam os termos preferidos pelos movimentos negros, e mesmo por algumas vertentes do discurso acadêmico. É preciso que o analista encare seriamente a perspectiva nativa, pois esse sistema classificatório, certamente também discriminatório, revela a preferência cultural pela complementaridade ao invés da oposição.

Inadvertidamente, porém, parecemos ter caído numa armadilha. Tendemos a identificar, num *bias* bem brasileiro, "questão racial" e "questão do negro" (aquele conjunto de indagações alusivo ao passado escravista e às questões da cidadania dos ex-escravos no contexto de uma abolição quase concomitante à proclamação da república). A coletânea é um tanto ambivalente quanto a esse ponto, sobretudo se a vemos a partir de sua última seção, que aborda as perspectivas contemporâneas sobre a "questão racial". Nela estão, além de Maggie, os bons artigos de Sansone, Joel Rufino dos Santos e Carlos Hasenbalg. O primeiro, "As relações raciais em 'Casa-Grande & Senzala' revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização", é uma interessante releitura de Gilberto Freyre a partir de pesquisa recente realizada pelo autor na Bahia. O segundo, "O negro como lugar", assumidamente populista, e certamente o texto mais político de toda coletânea, toca com perspicácia em pontos críticos do "debate racial". Nele nos enredamos todos, inclusive e de modo muito peculiar os movimentos negros anti-racistas, fundando nossa fala numa noção

que designa uma realidade inexistente: a raça. Seguindo os passos de Guerreiro Ramos, a proposta do autor é a valorização da negritude como um lugar relativo e flexível a partir do qual se fala. O terceiro, "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil", insere a discussão brasileira no contexto latino-americano e traz a contribuição de estudos demográficos e estatísticos que nos revelam "fatos": os "principais mecanismos que levam a sociedade brasileira a produzir resultados desiguais para brancos, negros e mestiços". Quanto aos "mitos", a democracia racial que não existe na realidade opera na ideologia, produzindo um desafio: "existe um problema racial e ele demanda ação coletiva para ser corrigido. Por outra parte, existe o valor ou ideal de convivência harmônica entre grupos raciais, e esse ideal é comum a brancos e não-brancos" (p.245). Não resisto a lembrar que autores como Oracy Nogueira se pronunciaram com relação a isso no passado.

Os artigos são excelentes e instigantes. Todos versam entretanto sobre as "relações entre negros e brancos". A ordenação histórica das seções, no entanto, nos prega aqui uma pequena peça, pois justamente na abordagem da contemporaneidade estreita-se o escopo da discussão tão amplamente proposto pela coletânea, especialmente em sua primeira seção.

"As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império", de John Monteiro, que abre o livro, é uma interessante incursão sobre o terceiro pólo da mitologia racial brasileira: o índio. Enquanto vigorou no país a escravidão, o debate em torno das idéias de raça e civilização fixou-se prioritariamente no índio. Num primeiro momento, a noção vigente era sobretudo a de "nação". A mentalidade da época dilacerava-se entre a valorização do tupi, o índio histórico, que mestiçado à população teria contribuído para a gênese da nacionalidade brasileira, e o temor do tapuia, o índio contemporâneo que, errando nos sertões incultos em hordas selvagens, seria uma espécie de inimigo nacional. No debate então corrente sobre as possibilidades de acesso do país às formas vistas como mais elevadas de civilização, os distintos agentes coloniais dividiam-se e debatiam políticas assimilacionistas ou repressivas, compondo um discurso multifacetado relativo ao índio.

O elenco de personagens do debate alarga-se ainda mais. Com Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, em "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República", chega o caboclo, representando a população do interior do país, e integrando a construção simbólica da

nacionalidade. Diante da triste realidade de um Brasil doente, descoberta pelo movimento sanitarista nas primeiras décadas do século XX, abala-se a imagem da vitalidade do caboclo veiculada pela literatura romântica e forja-se a doença como metáfora para exprimir o Brasil e seu povo. A campanha de saneamento analisada pelos autores opôs-se duplamente ao ufanismo e ao determinismo racial fatalista, vendo a ciência como um instrumento de superação de sérios problemas e deixando como legado institucional a reorganização dos serviços sanitários federais.

"Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização", de Giralda Seyferth, aborda de modo muito pertinente outro ponto crucial. Há ainda mais *outros*, além de índios, negros e caboclos. Os imigrantes vêm trazer com particular nitidez a necessidade de relativização da noção de nação que tantas vezes nos turva o olhar. O ponto de partida é Marcel Mauss: "uma nação acredita na sua civilização, nos seus costumes (...) tem o fetichismo da sua literatura, da sua plástica, da sua ciência, da sua técnica, da sua moral, da sua tradição e do seu caráter" (p.41). Valores nacionais não devem suplantiar outros valores universais pois a nacionalidade não é um dado natural, como tendem a fazer crer todos os nacionalismos. O texto caminha dissecando a associação entre nacionalismo e racismo, e aporta nas primeiras décadas do período republicano, "quando as ideologias raciais tiveram influência preponderante em segmentos da elite brasileira voltados para a análise da política migratória" (p.44). Segue-se a análise dos debates travados em torno da imigração europeia, dominados pelo valor da unidade nacional: tratava-se de garantir o povoamento do território por imigrantes brancos supostamente "encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem destruir aquela outra base da nacionalidade que é a cultura latina e a língua portuguesa. Tudo o que pode ameaçar essa unidade e a formação do tipo nacional especificamente brasileiro é criticado: a homogeneidade das colônias alemães, a imigração asiática, a exclusividade da imigração portuguesa" (p. 55). O artigo subsequente é "Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20", de Jair de Souza Ramos. A análise da fracassada negociação entre um "grupo de afro-americanos" (negros norte-americanos de Chicago) e o presidente do Estado do Mato Grosso, na década de 1920, para fundar uma colônia nessas terras, cai como uma luva na seqüência da discussão proposta por Seyferth.

O belíssimo "Do saber colonial ao luso-tropicalismo: 'raça' e 'nação' nas primeiras décadas do salazarismo", de Omar Ribeiro Thomaz, que abre a segunda seção da coletânea, rompe fronteiras e nos leva a um périplo por terras pouco navegadas. "Como transformar uma entidade política hierárquica - o Império - na representação homogeneizadora que supõe a idéia de 'nação'? É sobre a concepção de 'nação' a partir dos discursos produzidos em torno do Império, das suas gentes, da sua história e o seu destino que se debruça esse texto" (p.86). O autor o faz de modo fascinante, analisando o discurso de intelectuais vinculados ao projeto imperial português a partir das Conferências de Alta Cultura Colonial de 1936, um de vários encontros destinados à produção de um "saber colonial". Não se trata, nos diz Thomaz, da descoberta da produção de um discurso "hegemônico", mas, mais simplesmente, de desvendar uma face pouco conhecida da história intelectual portuguesa. Raça, nação, tempo e história são assim categorias elaboradas de modo sofisticado no interior das diversas soluções discursivas que problematizam a continuidade do Império português e de sua missão.

O espírito que anima a coletânea é portanto amplo e arejado. Para além do fato histórico da escravidão e de suas conseqüências na conformação da sociedade brasileira, creio que uma das razões da identificação tão corrente da "questão racial" com a temática do negro, consagrada de certo modo pela quarta seção, pode ser percebida através do exame da terceira seção do livro: "O Brasil como laboratório racial ...". As relações entre brancos e negros foram o centro de importante discussão no processo de consolidação das ciências sociais no país ao longo das décadas de 1940 a 1960. A importância desse momento o torna um ponto de referência, não só desejável, como de certo modo inevitável, para todos os cientistas sociais. Seis participantes do debate então travado estão presentes nesse novo cenário. Em "Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia", Antônio Sérgio Guimarães persegue acuradamente o significado teórico das noções de cor, classe e status nesses estudos e os deslocamentos conceituais neles operados. "Roger Bastide, paisagista", de Maria Lúcia Santana Braga, examina as contribuições desse autor. "A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos", de Marcos Chor, é uma excelente biografia intelectual traçada a partir do envolvimento afetivo e conceitual de Guerreiro Ramos com a questão racial. Guerreiro fala na necessidade de reeducação dos brancos e brancóides, lembra muito acertadamente que o nosso branco é um mestiço, discorda de si mesmo ao longo de sua carreira profissional, produz sínteses

contraditórias, inesperadas e sempre interessantes. A passionalidade do temperamento desse autor e a autenticidade de sua relação com o tema racial que acompanha todos as etapas de sua vida institucional emergem de modo muito vivo na análise sóbria e cuidadosa de Chor. Finalmente, Maria Arminda do Nascimento Arruda, com "Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes", faz o competente exame das formulações do dilema racial brasileiro que marcaram época, configurando uma abordagem de certa forma hegemônica do tema pelo menos até a década de 1970.

A coletânea é excelente, traz pesquisas originais e recentes, numa clara indicação da vitalidade da reflexão nesse campo. Deixa-nos inúmeras indagações e algumas clarezas. Entre elas, a necessidade de, sem deixar de discutir a questão do negro com a força que ela merece, prosseguir no movimento de ampliação do horizonte de referências conceituais, tal como sugerido pelo conjunto da reflexão presente no livro. Talvez esse movimento nos permita evitar, ou ao menos entender melhor, os muitos processos de reificação com os quais nos deparamos ao problematizar a construção de identidades coletivas. Não são, portanto, os termos que são melhores ou piores para abordar o assunto: brasileiro, estrangeiro, afro-americano, afro-brasileiro, imigrante, índio, caboclo, negro, mulato, pardo ou branco, são inevitavelmente categorias culturais, prenes de valores dentro de instâncias discursivas amplas. Não são também os rótulos classificatórios - culturalismo *versus* funcionalismo *versus* estruturalismo *versus* marxismo, entre tantos outros - que, por oposição ou adesão, garantem o acesso à melhor verdade. Quanto mais ampla a postura de conhecimento, mais profunda e matizada a percepção do problema, mais abertura para os desafios da resposta.